



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

CONVÊNIO E OUTROS ACORDOS CONGÊNERES Nº 41 / 2024**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 41 / 2024****ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, E O MUNICÍPIO DE XINGUARA PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.703.755/0001-76, situado na Rua João Diogo, nº 288, Campina, CEP 66015-902, Belém/PA, doravante denominado TRE-PA, representado por seu Presidente Desembargador **LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 73***89 SSP/PA, inscrito no CPF/MF sob o nº ***.670.152-** e, no uso da competência atribuída no Regimento Interno, e, de outro lado, o

MUNICÍPIO DE XINGUARA, inscrito no CNPJ/MJ sob o nº 04.144.150/0001-20, com sede na Rua Marechal Cordeiro de Farias, Praça Vitória Régia, s/nº, Centro, CEP 68.555-013, Xinguara-PA, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **MOACIR PIRES DE FARIA**, brasileiro, portador do RG 39**80 - SSP/GO, inscrito no CPF/MF sob o nº ***.346.930-**;

RESOLVEM celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, tendo em vista o que consta do Processo SEI nº. 0007247-66.2024.6.14.8061 em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica é a cessão de um veículo automotor com combustível para utilização no deslocamento de servidores a serviço da Justiça Eleitoral em suas tarefas/atividades correlacionadas, conforme especificações estabelecidas no Plano de Trabalho em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Acordo de Cooperação Técnica, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES COMUNS

- elaborar o Plano de Trabalho relativo aos objetivos deste Acordo;
- executar as ações objeto deste Acordo, assim como monitorar os resultados;
- designar representantes institucionais incumbidos de coordenar a execução deste Acordo;
- responsabilizar-se por quaisquer danos porventura causados, dolosa ou culposamente, por seus colaboradores(as), servidores(as) ou prepostos(as), ao patrimônio da outra parte, quando da execução deste Acordo;
- analisar resultados parciais, reformulando metas quando necessário ao atingimento do resultado final;
- cumprir as atribuições próprias conforme definido no instrumento;
- realizar vistorias em conjunto, quando necessário;
- disponibilizar recursos humanos, tecnológicos e materiais para executar as ações, mediante custeio próprio;
- permitir o livre acesso a agentes da administração pública (controle interno e externo), a todos os documentos relacionados ao acordo, assim como aos elementos de sua execução;
- fornecer ao parceiro as informações necessárias e disponíveis para o cumprimento das obrigações acordadas; e
- manter sigilo das informações sensíveis (conforme classificação da Lei nº 12.527/2011- Lei de Acesso à Informação - LAI) obtidas em razão da execução do acordo, somente divulgando-as se houver expressa autorização dos partícipes.

PARÁGRAFO ÚNICO – As partes concordam em oferecer, em regime de colaboração mútua, todas as facilidades para a execução do presente instrumento, de modo a, no limite de suas possibilidades, não faltarem recursos humanos, materiais e instalações, conforme as exigências do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO PARTÍCIPE 1

Para viabilizar o objeto deste instrumento, são obrigações do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ:

- utilizar o veículo cedido nas atividades externas da Justiça Eleitoral.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO PARTÍCIPE 2

Para viabilizar o objeto deste instrumento, são obrigações do MUNICÍPIO DE XINGUARA:

- disponibilizar veículo automotor com combustível para prestar apoio às atividades externas da 61ª Zona Eleitoral;
- disponibilizar dotação em seu orçamento para atender às despesas do presente acordo, sendo estas de responsabilidade municipal;
- responsabilidade por multas, IPVA, danos e outras despesas correlatas decorrentes do uso do veículo.

CLÁUSULA SEXTA – DO GERENCIAMENTO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Cada partícipe designará representantes responsáveis para gerenciar a parceria; zelar por seu fiel cumprimento; coordenar, organizar, articular, acompanhar monitorar e supervisionar as ações que serão tomadas para o cumprimento do ajuste.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Competirá aos designados a comunicação com o outro partícipe, bem como transmitir e receber solicitações; marcar reuniões, devendo todas as comunicações serem documentadas.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Sempre que os designados não puderem continuar a desempenhar a incumbência, estes serão substituídos, devendo a comunicação ser feita ao outro partícipe, no prazo de até 30 dias da ocorrência do evento, com a identificação dos substitutos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E PATRIMONIAIS

Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros entre os partícipes para a execução do presente Acordo de Cooperação Técnica.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos dos partícipes.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os serviços decorrentes do presente Acordo serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo aos partícipes quaisquer remunerações pelos mesmos.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos utilizados por quaisquer dos partícipes, em decorrência das atividades inerentes ao presente Acordo, não sofrerão alteração na sua vinculação nem acarretarão quaisquer ônus ao outro partícipe.

PARÁGRAFO ÚNICO – As atividades não implicarão cessão de servidores(as), que poderão ser designados apenas para o desempenho de ação específica prevista no acordo e por prazo determinado.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

O presente Acordo de Cooperação Técnica terá vigência até 19/12/2024, a contar de sua assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado, mediante acordo entre as partes e celebração de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Acordo poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante termo aditivo, desde que mantido o seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ENCERRAMENTO

O presente acordo de cooperação técnica será extinto:

- a) por advento do termo final, sem que os partícipes tenham até então firmado aditivo para renová-lo;
- b) por denúncia de qualquer dos partícipes, se não tiver mais interesse na manutenção da parceria, notificando o parceiro com antecedência mínima de 30 dias;
- c) por consenso dos partícipes antes do advento do termo final de vigência, devendo ser devidamente formalizado; e
- d) por rescisão.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Havendo a extinção do ajuste, cada um dos partícipes fica responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas até a data do encerramento.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se na data da extinção não houver sido alcançado o resultado, as partes entabularão acordo para cumprimento, se possível, de meta ou etapa que possa ter continuidade posteriormente, ainda que de forma unilateral por um dos partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

As partes declaram que têm ciência dos termos da Lei nº 13.709/2018 - Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e Resolução TRE/PA nº 5.699/2021 - Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais (PGPPD) e se comprometem a adequar todos os procedimentos internos às suas disposições, com intuito de proteção dos dados pessoais obtidos em virtude da execução do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As partes se comprometem a manter a integridade, o sigilo e a confidencialidade de todas as informações - em especial os dados pessoais e dados sensíveis - obtidas em virtude da execução do contrato, obrigando-se à:

- a) realizar o tratamento dos dados pessoais apenas para propósitos legítimos, específicos e compatíveis com as finalidades do objeto do contrato;
- b) limitar o tratamento dos dados pessoais ao mínimo necessário e com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do objeto do contrato;
- c) utilizar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;
- d) não realizar o tratamento dos dados pessoais para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;
- e) eliminar os dados pessoais após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação se houver situação enquadrada nos incisos do art. 16 da Lei nº 13.709/2018.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As partes responderão administrativa e judicialmente, em relação aos danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, causados aos titulares de dados pessoais obtidos em virtude da execução do contrato, por inobservância da Lei nº 13.709/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido justificadamente, a qualquer tempo, por qualquer um dos partícipes, mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 30 dias, nas seguintes situações:

- a) quando houver o descumprimento de obrigação por um dos partícipes que inviabilize o alcance do resultado do Acordo de Cooperação; e
- b) na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Acordo de Cooperação Técnica será publicado no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA AFERIÇÃO DE RESULTADOS

Os partícipes deverão aferir os benefícios e alcance do interesse público obtidos em decorrência do ajuste, mediante a elaboração de relatório conjunto de execução de atividades relativas à parceria, discriminando as ações empreendidas e os objetivos alcançados, no prazo de até 30 dias após o encerramento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

As situações não previstas no presente instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os partícipes, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

Quaisquer controvérsias oriundas deste Acordo de Cooperação Técnica deverão, preliminarmente, ser resolvidas de comum acordo entre os partícipes e, na impossibilidade, fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Pará, cidade de Belém, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado e assinado pelos representantes dos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

(assinado e datado eletronicamente)
Desembargador **LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR**
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

(assinado e datado eletronicamente)
MOACIR PIRES DE FARIA
MUNICÍPIO DE XINGUARA

ANEXO - PLANO DE TRABALHO**1. DADOS CADASTRAIS:**

PARTÍCIPE 1: União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral do Pará

CNPJ: 05.703.755/0001-76

Endereço: Rua João Diogo, nº 288, Campina

Cidade: Belém

Estado: Pará

CEP: 66015-902

DDD/Fone: 91 3346-8500

Esfera Administrativa: Federal

Nome do responsável: Leonam Gondim da Cruz Júnior

CPF: ***.670.152-**

RG/órgão expedidor: 73***89 -SSP/PA

Cargo/função: Desembargador Presidente

PARTÍCIPE 2: Município de Xinguara/PA

CNPJ: 04.144.150/0001-20

Endereço: Rua Marechal Cordeiro de Farias, Praça Vitória Régia, s/nº, Centro

Cidade: Xinguara

Estado: Pará

CEP: 68.555-013

DDD/Fone: (94) 3426-2644

Esfera Administrativa: Municipal

Nome do responsável: Moacir Pires de Faria

CPF: ***.346.930-**

RG/órgão expedidor: 39**80 - SSP/GO

Cargo/função: Prefeito

2. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO:

Título de Acordo de Cooperação
Processo nº: 0007247-66.2024.6.14.8061
Início (mês/ano): a contar da assinatura

Término (mês/ano): 19/12/2024

Trata-se de acordo de cooperação visando o apoio da Prefeitura de Xinguara ao Tribunal Regional Eleitoral do Pará, especificamente ao Cartório Eleitoral de Xinguara, consubstanciando-se na cessão, pelo Município, de um veículo automotor com combustível para utilização no deslocamento de servidores a serviço da Justiça Eleitoral em suas tarefas/atividades correlacionadas.

3. DIAGNÓSTICO:

É necessário que o acordo de cooperação seja realizado, haja vista a realização das Eleições 2024.

4. ABRANGÊNCIA:

O acordo deve abranger o município sede (Xinguara) e os municípios termos (Água Azul do Norte e Sapucaia) da 61ª ZE de Xinguara/PA e os servidores a serviço da Justiça Eleitoral.

5. JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a aproximação das eleições, além do serviço eleitoral de praxe, diversas tarefas e diligências com a utilização de veículos são necessárias, tais como a prática de cumprimento de mandados de citação, intimações pessoais, fiscalização de propagandas eleitorais, transporte de materiais de eleição, convocação de mesários, visitas a locais de votação, entre outras atividades atinentes ao serviço.

6. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS:

- Objetivos Gerais:
- Auxílio da Prefeitura de Xinguara ao Cartório da 61ª Zona Eleitoral no tocante ao transporte de servidores e materiais para a realização de suas atividades externas.
- Objetivos Específicos:
- a) Fornecimento de veículo com combustível para realização das atividades externas intrínsecas ao serviço eleitoral.

7. METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO:

- Obrigações do Partícipe 1:
- a) Utilizar o veículo cedido nas atividades externas da Justiça Eleitoral.
- Obrigações do Partícipe 2:
- a) Disponibilizar veículo automotor com combustível para prestar apoio às atividades externas da 61ª Zona Eleitoral;
- b) Disponibilizar dotação em seu orçamento para atender às despesas do presente acordo, sendo estas de responsabilidade municipal;
- c) Responsabilidade por multas, IPVA, danos e outras despesas correlatas decorrentes do uso do veículo.

8. UNIDADE RESPONSÁVEL E GESTOR DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA:

Unidade responsável: Cartório da 61ª Zona Eleitoral de Xinguara/PA

Gestor titular: Marilda Ferreira de Freitas Silva

Gestor substituto: Hélder Brito de Sá Lopes

9. RESULTADOS ESPERADOS:

Maior eficiência e amplitude na gama de resultados decorrentes das tarefas externas da Justiça Eleitoral que puderem ser realizadas utilizando-se do veículo cedido pela Prefeitura.

10. PLANO DE AÇÃO:

Eixos	Ação	Responsável	Prazo	Situação
	Cessão de veículo com combustível	Prefeitura de Xinguara/PA		Não iniciado
Transporte / 1 Apoio				



Documento assinado eletronicamente por **MOACIR PIRES DE FARIA, Usuário Externo**, em 02/08/2024, às 09:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DES. LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR, Presidente**, em 02/08/2024, às 12:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0002433129** e o código CRC **148A132E**.

0007247-66.2024.6.14.8061

0002433129v16